

III CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

INTERDISCIPLINARIDADE E UNIVERSIDADE

ANTÓNIO RAFAEL AMARO
ÁLVARO GARRIDO
JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

VELHAS, NOVAS E NOVÍSSIMAS NARRATIVAS DO MUNDO URBANO

Carlos Fortuna
Universidade de Coimbra

RESUMO:

As profundas e recentes transformações urbanas ocorridas não têm tradução no plano da sociologia enquanto disciplina académica. Esta continua muito sujeita ao paradigma resultante da análise das grandes cidades industriais de meados do séc. XIX europeu e norte-americano. As grandes metrópoles do Sul global, permanecem, grosso modo, ausentes da análise sociológica convencional e, em resultado, os milhões de seres humanos que as habitam. É necessária uma revisão epistémica do conhecimento urbano que dê conta e forneça alternativas para a compreensão deste mundo urbano profundamente fraturado e desigual.

PALAVRAS-CHAVE: sociologia; cidades; metrópole;

ABSTRACT:

The ongoing urban transformation has no translation in the field of Sociology as an academic discipline. This is still very much a field of study contingent on the premises of the typical mid-century XIX Western industrial city. The large cities of the global South remain by and large absent from conventional sociological analysis and the

same applies, as a result, to the lives of the millions of humans who inhabit them. An epistemic review of urban knowledge is required to provide alternatives to the current uneven and deeply fractured urban world.

KEYWORDS: Sociology; cities; metropolis;

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX as cidades registaram profundas transformações um pouco por todo o mundo. Tanto nas cidades ocidentais como nas não-ocidentais e nas do Sul global do “novo” e do “velho” mundo essas transformações foram acompanhadas de diversas reinterpretações de natureza teórica. Assim, surgiram no mundo acadêmico novos conceitos e novas hipóteses de interpretação que, no seu conjunto, representam um assinalável desafio para o conhecimento estabelecido e acumulado ao longo de um século de reflexão social urbana que tanto propõe novos quadros analíticos como implica o reequacionamento dos antigos.

Tendo em mente as possibilidades de enriquecimento e objetivação do significado sociopolítico da cidade contemporânea, dedico-me neste texto à questão da urgência de uma leitura interdisciplinar da cidade contemporânea. É um tema clássico, porém, tornado cada vez mais premente em vista das interligações de fatores e condições de vida/cultura urbana das últimas duas ou três décadas. Na verdade, a cidade é uma realidade multifacetada que dificilmente pode permanecer enclausurada nos limites de qualquer das disciplinas convencionais das ciências sociais e/ou humanas. Uma leitura que transgrida as barreiras das disciplinas é essencial para captar a cidade na complexidade da sua constituição e na riqueza da sua mudança.

Evidentemente que ao fazer ressaltar esta dimensão interdisciplinar da análise das cidades de hoje, não ignoro duas outras dimensões que, entretanto, não desenvolverei agora. Uma delas refere-se ao facto de a cidade de hoje não poder continuar a ser vista apenas pelo prisma das interpretações hegemónicas do fenómeno urbano, desenhadas pelo surgimento das metrópoles da modernidade industrial euroamericana. Quer isto dizer que, ao lado da questão da interdisciplinaridade, um outro desafio a enfrentar para explicar a cidade de hoje decorre da necessidade de avaliação das figurações teóricas e interpretativas contidas na noção de “metrópole” e outras categorizações usadas para caracterizar as intrigantes modalidades de integração das dimensões económicas, políticas e culturais da cidade e do fenómeno urbano. De facto, apesar de a maior parte da população urbana da Europa e fora da Europa, viver em cidades de escala média e pequena, as conceptualizações dominantes negligenciam de forma ostensiva os modos de organização e funcionamento dessas cidades. Este mundo não-metropolitano continua a ser objeto de um muito escasso e marginalizado equacionamento político e teórico, que contribui para a sua “desclassificação” na retórica académica internacional que recobre os grandes e densos aglomerados humanos.

A segunda questão colateral à temática central que desenvolvo aqui, diz respeito à emergência de uma alternativa teórica do fenómeno urbano originada em contextos subalternizados. Estou a referir-me à pertinência epistemológica da narrativa plural sobre a cidade originada a partir de investigações urbanas produzidas em ambientes e universos geoculturais periféricos que, de acordo com uma certa divisão internacional do trabalho científico, estariam, supostamente, capacitados apenas para produzir informação empírica de base em vez de gerar conhecimento teórico ou metodológico autónomo (Alatas, 2003). Este seria atributo exclusivo de universidades e centros de investigação dos países ricos do centro económico e político do mundo. A despeito das leituras não eurocênicas da realidade urbana, persiste o facto

de, em conformidade com uma preconceituosa visão da produção de conhecimento, grosso modo, os potenciais contributos oriundos das ciências sociais do Sul global permanecem negligenciados ou ausentes de grande número das agendas de investigação dedicadas ao *mundo de cidades*. Por exemplo, pensar no quadro interpretativo das cidades latino-americanas pode ilustrar com precisão o argumento central deste texto, que se desenrola em torno à reforma epistémica do cânone urbano estabelecido a partir dos ensaios primordiais de Georg Simmel, na viragem do século XIX para o século XX.

Na verdade, o olhar que orienta este texto, gerado num ambiente académico do sul europeu, é um olhar disponível para reconhecer a pertinência epistemológica e teórica dos universos urbanos não-ocidentais. Um dos argumentos expostos refere-se ao lugar relativamente marginal que estas cidades ocuparam na história do pensamento académico de feição sociológica, ao longo de todo o século XIX e durante a maior parte do século XX. Este foi um território teórico privilegiado e dominado pelo convencionalismo da tradição ocidental, particularmente norte-americana e norte-europeia. Estas *outras cidades*, como a generalidade das cidades latino-americanas, contêm em si um potencial heurístico inestimável e largamente inexplorado para se ensaiar uma reforma da teoria urbana¹.

Velhas e novas metrópoles: Os limites da perspectiva disciplinar

As análises académicas e jornalísticas do mundo urbano de hoje encontram-se pautadas pelas tendências mais recentes que transparecem nos relatórios mais frequentes das agências internacionais

¹ Este argumento foi já exposto em outro lugar (Fortuna, 2012a), pelo que não o desenvolverei aqui.

que registam o facto inédito de termos ultrapassado o limiar dos 50% da população mundial residente em áreas urbanas (United Nations, 2013). Tal facto arrasta consigo consequências políticas de grande significado que variam segundo as regiões e os ritmos a que decorre aquela concentração (Soja e Kanai, 2007). O crescimento das cidades nos países mais pobres da Ásia e da África contrasta com o panorama das regiões de mais longa tradição urbana (Europa, América Norte e América Latina), onde as cidades, sem deixarem de engrossar os seus números, revelam taxas médias de crescimento bem mais moderadas.

De acordo com estimativas da ONU, a concentração sem precedentes da população em cidades de todas as latitudes e tipos tem como efeito previsível a aceleração do seu ritmo de crescimento, o que amplia o grau de indeterminação social e política no futuro próximo de todo o globo. É esta circunstância que traduz o ambiente que podemos, com propriedade, designar de *mundo de cidades* contemporâneo, de modo a significar não apenas a atual concentração urbana da maioria da humanidade, mas que recobre também o acentuado grau de incerteza que recai sobre o futuro das cidades, sejam elas megacidades ou aglomerados de pequena e média dimensão. Consequentemente, não é possível estipular a forma política ou arquitetónica dominante, se alguma é possível imaginar, que este *mundo de cidades* assumirá.

Isto mesmo acarreta uma outra dúvida, de natureza epistemológica. Parece claro que os instrumentos analíticos com que poderemos abordar esta nova realidade urbana mundial necessitam de um profundo refrescamento que possa oferecer maior consistência e realismo interpretativo e projetivo. Por outras palavras, a viragem que a demografia regista, mais do que meramente quantitativa, é política e força-nos à consciência dos limites do conhecimento disponível sobre a cidade.

Tomemos brevemente o caso da Sociologia urbana e do seu trajeto histórico. Trata-se de uma das mais antigas subáreas em que se foi constituindo conhecimento especializado nas ciências sociais. Em geral, a Sociologia urbana de hoje continua refém de uma histórica

construção teórica marcada pela singularidade e mesmo pela excecionalidade do seu referencial empírico, constituído principalmente pela metrópole ou a grande cidade industrial euro-americana. Um rápido relance sobre a evolução teórica dessa Sociologia mostra que os seus primeiros passos enquanto domínio próprio do saber foram dados em torno das transformações ocorridas nos finais do século XIX por um conjunto muito limitado de situações urbanas vigentes nos países desenvolvidos (industrializados) do ocidente – Berlim, Paris, Manchester e Londres.

No período entre guerras, na sequência da “emigração” da Sociologia urbana para os Estados- Unidos, os casos singulares de Chicago e Nova Iorque viriam juntar-se ao primeiro grupo reduzido de cidades em que se apoiava a Sociologia urbana. Nos anos 1930s, o pensamento e os métodos adotados pela chamada Escola de Chicago, constituiriam o cerne da capacidade analítica e interpretativa da subdisciplina, ao ponto de poder considerar-se que representavam a corrente hegemónica da análise urbana internacional. Os *chicagoans* não se limitavam a cultivar um quadro conceitual e metodológico muito próprio. Acima de tudo propunham um sentido muito ambíguo de territorialidade que implicava reconhecer a ordem espacial de Chicago como modelo a reproduzir por qualquer cidade do globo (Hannerz, 1980).

No decurso das últimas três ou quatro décadas do século passado, em ambiente de desanuviamiento universitário pós-bélico na Europa, e em fase particularmente dinâmica da investigação científica sobre a condição de vida urbana operou-se uma profunda alteração. Esta fase do pensamento urbano seria iniciada por Henri Lefebvre (2012) – que denunciaria o cariz profundamente positivista da agenda de Chicago e reclamaria pela necessidade de uma renovação teórica da cidade² – e encontraria seguimento no trabalho de Manuel Castells

² Estou a referir-me a *O Direito à Cidade*, que Henri Lefebvre escreveu em 1968 (Lefebvre, 2012) e ao modo como a questão urbana se constitui no cerne da questão social, tema que seria aprofundado na década seguinte (Fortuna, 2012b).

(1972) – então autor de um renovador e crítico discurso sociológico sobre a vida urbana – e de outros estudiosos como John Friedman (1986) e Saskia Sassen (2001; 2007). Abriu-se, assim, uma nova reflexão que fez ampliar o perímetro dos casos significativos da Sociologia urbana, diversificando-a internamente.

Castells trouxe à colação as cidades do mundo ibero-americano (designadamente São Paulo e Cidade do México). Tal, no entanto, teria uma existência fugaz e as novas metrópoles ibero-americanas acabariam por ser tratadas como subproduto político da expansão do capitalismo industrial da região. Subordinadas à análise macro da realidade económica e política envolvente, as cidades da América Latina acabariam por constituir uma referência efémera e pontual, por comparação com o privilégio concedido por influentes instituições de pesquisa, como destaque para a CEPAL, às controvérsias políticas geradas pela modernização e o desenvolvimento económico dependente da América Latina, em que as cidades seriam remetidas a uma posição subalterna (Roberts, 1978; Robinson, 2002; Escobar, 1995). Esta orientação “desenvolvimentista” da política científica acabou por fazer reverter o ambiente de abertura em que as cidades do Sul global pareciam despontar enquanto universo empírico da Sociologia urbana, capaz de modificar os termos da avaliação do seu objeto.

John Friedman e Saskia Sassen, por sua vez, viriam a abrir uma discussão sobre as “cidades mundiais” e, logo depois, as “cidades globais” (Tóquio, Francforte, Singapura, Los Angeles, e outras), o que acentuou ainda mais a condição subalterna das cidades do hemisfério Sul. No fechar do século, a agenda da discussão sobre a pós-modernidade e a sociedade pós-industrial abriu um campo novo de questionamento a partir de casos de manifesto sucesso, como é em geral vista a evolução Barcelona, ou, em oposição a estes, as situações de perda de dinamismo socioeconómico e relevância política e cultural, como têm sido os trajetos percorridos por cidades como Baltimore ou Detroit ao longo do último quase meio século (Harvey, 1989; Beauregard, 2003; Hollis, 2013).

O argumento central desta referência à Sociologia urbana é o de salientar como se revela deveras inadequado continuar a olhar o *mundo de cidades* através das lentes das metrópoles ocidentais. Primeiro, porque a demografia urbana ocidental se encarrega de fazer crescer o número de situações excepcionais, o que traz o conhecimento sobre a condição urbana a um beco sem saída, recheado de princípios abstratos e pouco esclarecedores. Segundo, porque a referência ao exclusivismo da metrópole ocidental provou ser um inaceitável exercício de sobrançeria retórica conducente à exclusão ou urbidício epistémico das cidades normais do mundo não-ocidental. Por último, porque ao longo das últimas 3 ou 4 décadas tudo mudou e mudou rápida e drasticamente na vida e modo de funcionamento das metrópoles, na sua ecologia, na arquitetura, na política e modos de governação, nos ordenamentos sociais que não parecem poder permanecer como “o” terreno empírico da Sociologia apenas. Incapaz de dar conta de todas estas mudanças, portanto, a Sociologia urbana precisa reequacionar os seus fundamentos e princípios de modo a encontrar um quadro mais adequado e atual de interpretação e de intervenção na cena urbana contemporânea.

Paralela a esta tomada de consciência sobre a necessidade de reforma epistémica da Sociologia urbana, diga-se de passagem, a mesma situação crítica perpassa outros campos e domínios disciplinares. Geógrafos e arquitetos, cientistas políticos e psicólogos sociais, antropólogos e filósofos de diversas orientações epistemológicas todos parecem estar de acordo sobre a necessidade de reformar os estudos sociais sobre a vida urbana. As ciências sociais como visão alargada das cidades estão portanto a ser desafiadas a abrir-se a uma atitude mais filosófica e mais crítica capaz de tornar visível o que a teoria e as disciplinas dominantes têm obscurecido ao longo de décadas (Meagher, 2007; Mendieta, 2001).

Vale a pena interrogar que cidade é esta que tem sido ocultada pela sociologia e, mais em geral, pelas ciências sociais convencionais.

Podemos afirmar tratar-se das “cidades invisíveis”, na designação de Eduardo Mendieta, e outras expressões similares à categoria de “cidade normal” ou da “cidade ordinária” ou da “cidade pós-colonial”, referidas na literatura mais atual (Amin e Graham, 1997; Bishop, Phillips e Yeo, 2003; Robinson, 2006). Representam, portanto, de um modo geral, a metrópole e a megacidade pós-colonial do Sul global do séc. XXI. O que elas contêm de novo para a consolidação de epistemologias alternativas é a denúncia da “política de desnacionalização que caracteriza os atores globais, os capitais e a mobilidade de pessoas e induzem uma dimensão de conflitualidade que percorre o sistema urbano transnacional” (Mendieta, 2001: 15-16). Por outras palavras, estas cidades oferecem a possibilidade de cultivarmos uma visão crítica do cânone e das falácias do capitalismo e da urbanização do globo.

Com efeito, as *outras cidades* foram ocultadas do nosso modo de ver o urbano em resultado de uma preconceituosa leitura do mundo. Estou a pensar no caudal imenso de escritos culturais e urbanos com um feição psicológica e literária que, renovando a tradição recebida de autores como Walter Benjamin, Franz Hessel, Sigfried Kracauer, ou Michel de Certeau, capta o (verdadeiro) espírito da cidade ou parte dele. A cidade como “virtude”, ou a cidade como “vício” ou qualquer outra tendência para compreender outros lados da cidade mostram que esta é muito mais “cultural” ou “letrada” e dependente de uma “comunidade de afetos” do que aquilo que habitualmente pensamos quando ouvimos enunciar o “ambiente edificado”, ou os elementos “materiais”, “económicos”, ou a natureza “objetiva” que a definem. A cidade como texto e não apenas como “Plano” é o que está em falta numa visão mais alargada e plural acerca do urbano global. Encontramo-nos perante, portanto, a necessidade de captação dessas *qualidades* da cidade que requerem novos instrumentos de revisão epistémica e teórico-filosófica como tem sido argumentado por vários autores (Wallerstein, 2001; Santos, 2014), entre outros.

Não pretendo afirmar que a Sociologia urbana, como de facto qualquer outra disciplina dedicada à cidade, se encontra hoje exausta e perfeitamente incapaz de guiar a pesquisa. Tão pouco estou a argumentar no sentido de termos de pensar a partir do zero sobre o que será uma renovada visão teórica e filosófica sobre a cidade contemporânea. O raciocínio sociológico continua, a meu ver, apto a formular perguntas sobre a condição de vida nas cidades. O que estou a sugerir é que a sua capacidade de resposta está profundamente debilitada e é aí que a Sociologia urbana convencional tem forçosamente de fazer um esforço de aproximação e aliança interdisciplinares para se renovar.

Novíssimas metrópoles: novíssimos problemas urbanos

Pensemos, por um instante nos cenários mais ou menos dramáticos do quotidiano das grandes cidades e metrópoles do Sul global. Entre os relatos que mais nos interpelam, pela via científica ou jornalística e mediática, parece sobressair a ideia de que as metrópoles mais jovens do mundo de hoje se encontram numa tão frenética transformação que não deixam sedimentar a relação dos indivíduos com o espaço ou a interação de uns com os outros. Comparados com o que sucedeu com as antigas metrópoles industriais do ocidente, a informação disponível sobre estas metrópoles do Sulglobal de hoje sugere uma enorme disparidade de situações e uma gratitante desigualdade dos ritmos de sedimentação da urbanidade. As grandes cidades do Sul global vivem a um ritmo alucinante – medido de acordo com o número de pessoas que fazem aumentar a sua população a cada hora – que sobrepuja largamente a cadência da vida vivida nas suas congêneres do Norte. Estas discrepâncias autorizam-nos, enquanto hipótese, a olhar para um ritmo tripartido de metropolitização que, por sua vez, prenuncia condições desiguais de sustentabilidade

sociocultural (equipamentos sociais), política (universalidade de direitos) e infraestrutural (habitação e mobilidade). Detenhamo-nos um pouco mais sobre esta questão. Num primeiro conjunto de grandes aglomerados urbanos, que inclui as metrópoles que podemos designar de *primeira geração*, representadas pelas cidades mais emblemáticas da fulgurante industrialização do euro-americana do século XIX, o ritmo do crescimento urbano é pouco expressivo, sendo que se se cifra na ordem dos 12 novos residentes por hora (Nova Iorque), ou de apenas 6 novos habitantes/hora (Londres), ou apresentam mesmo um ritmo nulo, como sucede em Berlim. Uma *segunda geração* de grandes aglomerados urbanos, equivalente, grosso modo, ao mundo urbano colonial forjado nos finais do século XIX, regista ritmos de concentração humana superiores, com níveis de crescimento populacional horário de 23 ou 24 novos residentes (São Paulo e Cidade do México). Situação diferente é a das metrópoles de *terceira geração* que incluem as cidades do período do crescimento urbano posterior à descolonização e à independência de numerosas nações asiáticas e africanas – em regra, as “grandes cidades” do Sul global de hoje –, envolvidas em ritmos muito acelerados crescimento, como os registados em Lagos (58 novos habitantes por hora), Daca (50), Mumbai (42), Deli, Jacarta (39) ou Xangai (32).

O que a análise dos efeitos destes ritmos desiguais de metropolitização reclama é a compreensão dos seus efeitos sobre as condições de sedimentação da relação dos indivíduos com o espaço urbano, a sua interação e as condições de acesso aos mais elementares direitos de cidadania. Como sabemos, estes constituem marcas determinantes da qualidade da modernidade urbana sobre que os clássicos da Sociologia Urbana discorreram, com destaque para Georg Simmel e o seu ensaio seminal sobre a condição urbana ocidental da era industrial. Nas condições atuais, em termos da cidadania urbana e da qualidade de vida, reconhecendo que a Berlim do tempo da formação da Sociologia urbana não é a São Paulo, nem sobretudo

a Jacarta ou a Lagos destes inícios do século XXI, importa reformular a agenda interrogativa da Sociologia e, em geral, das ciências sociais, para poder interrogar estas disparidades e os seus fundamentos e equacionar as alternativas.

Para muitos milhões de excluídos as novíssimas metrópoles de *terceira geração*, é enorme o desprendimento emocional em face dos espaços em que circulam e residem. Também não tem paralelo o grau da sua desvinculação e desenraizamento social, nem a condição económica aviltante que suportam. A condição social e política dos cidadãos rejeitados das metrópoles pobres do Sul global torna estes milhões de destituídos de quaisquer direitos homens e mulheres “sem qualidade” que cultivam uma atitude *blasé*. Todavia, não se trata do mesmo *blasé simmeliano* que tipifica a “grande cidade” moderna e industrial da primeira geração. Os pobres e os excluídos das novíssimas metrópoles do Sul global são expressão de um *blasé* invertido que, longe de ser uma opção, é o efeito direto da sua própria exclusão. O *blasé* dos residentes pobres das novíssimas metrópoles do Sul global reflete uma espécie de indiferença forçada e de indignação contida por quem se vê desprovido de direitos e vive a submissão imposta por uma exploração sub-humana e uma indizível segregação.

CONCLUSÃO

Como procurámos deixar explícito, é legítimo perguntarmo-nos sobre a atualidade e a adequação do pensamento urbano ocidental que nivela e trata como semelhantes condições de vida nas metrópoles que contrastam profundamente na sua natureza e os seus trajetos. Interrogámo-nos sobre o que pode questionar e revelar a sociologia urbana e as ciências sociais em geral que negligenciem esse tão profundo contraste. Aquilo que podemos avançar com recurso ao legado

intelectual daquela sociologia europeísta é que está em gestação uma nova figuração social protagonizada pelos homens e mulheres destituídos e pobres das grandes metrópoles do Sul global de hoje. Esses seres humanos parecem dar corpo a um novo ator social que tem necessariamente de integrar as análises acadêmicas produzidas pelas ciências sociais e humanas que procurem o grau máximo de rigor avaliativo das situações estudadas. Tal equivale a dizer que estamos chegados ao tempo em que a experiência da destituição generalizada dos novos habitantes das cidades que a demografia assinala tem de ser inscrita em traços indelévels no trajeto futuro da urbanidade global e das disciplinas que se lhe devotam. As implicações daí resultantes são várias e, por certo, envolvem uma revisão epistêmica, cognitiva e política do que está a mudar na condição urbana global a partir das grandes cidades do Sul. O desafio que temos pela frente é, então, o de produzir a desocultação das novas configurações que o tradicionalismo acadêmico insiste em ignorar e, do mesmo passo, encetar uma revisão da generalidade dos pressupostos filosóficos que tolgem a sua visão do mundo.

Partindo do seu próprio patrimônio disciplinar e da sua capacidade de fazer perguntas, a versão transdisciplinar que advogamos para a compreensão da cidade atual, incluída a contribuição da Sociologia e das ciências sociais mais em geral, deve ter em conta que a cidade enquanto território fragmentado, ao mesmo tempo objetivado e sensível, está a abrir novos campos de análise e a fazer surgir novos objetos de pesquisa. A atual reinterpretação da cidade e das suas renovadas geografias e culturas, faz ressurgir um discurso de diversidade que, dada a sua polissemia, não pode ser confinado dentro dos limites sempre estreitos de qualquer disciplina. Por muito abertas que sejam ao diálogo intertextual, todas as disciplinas têm limites demasiado estreitos para poderem albergar uma realidade tão social e politicamente contrastante e multifacetada e um discurso tão plural como são os que constituem o atual *mundo das cidades*.

Como argumentei noutra lugar (Fortuna, 1997), nunca estivemos tão próximos de reconhecer que só no cruzamento virtuoso de diferentes campos discursivos e tradições intelectuais poderá a metrópole, qualquer que seja a sua “geração”, encontrar a plenitude da sua multivocalidade e polivalência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alatas, Syed Farid, 2003, “Academic Dependency and Global Division of Labour in the Social Sciences”. *Current Sociology*, 51, 6, 599-613.
- Amin, Ash e Graham, Stephen, 1997, “The Ordinary City”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22, 4, 411-29.
- Beauregard, Robert, 2003, *Voices of Decline: The postwar fate of US cities*. Nova Iorque: Routledge.
- Bishop, Ryan, Phillips, J. e Yeo, W. (orgs.), 2003, *Postcolonial urbanism: Southeastern Asian cities and global processes*. Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Castells, Manuel, 1972, *La Question Urbaine*. Paris: Maspéro.
- Escobar, Arturo, 1995, *Encountering development: The making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press.
- Fortuna, Carlos, 1997, “As cidades e as identidades: Narrativas, patrimónios e memória”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33, 127-141.
- Fortuna, Carlos, 2012a, “In praise of other views: The world of cities and the social sciences”. *Iberoamericana*, XII, 45, 137-153.
- Fortuna, Carlos, 2012b, “Apresentação”. In Lefebvre, Henri, *O direito à cidade*. Lisboa, Letra Livre/Estúdio.
- Friedman, John, 1986, “The World City Hypothesis”. *Development and Change*, 17, 69-83.
- Hannerz, Ulf, 1980, *Exploring the City. Inquiries Toward an urban anthropology*. Nova Iorque, Columbia University Press.
- Harvey, David, 1989, *The condition of postmodernity*. Oxford, Blackwell.
- Hollis, Leo, 2013, *Cities are good for you: The genius of the metropolis*. Londres, Nova Deli, Nova Iorque e Sydney, Bloomsbury.
- Lefebvre, Henri, 2012 [1968], *O direito à cidade*. Lisboa, Letra Livre/Estúdio.
- Meagher, Sharon M., 2007, “Philosophy in the Streets: Walking the City with Engels and de Certeau”. *City*, 11, 1, 7-20.
- Mendieta, Eduardo, 2001, “Invisible Cities: A Phenomenology of Globalization From Below”. *City*, 5, 1, 7-26.
- Roberts, Bryan, 1978, *Cities of peasants. The political economy of urbanization in the third world*. Beverly Hills e Londres, Sage.

- Robinson, Jennifer, 2002, "Global and world cities: A view from off the map". *International Journal of Urban and Regional Research*, 26, 3, 531-54.
- Robinson, Jennifer, 2006, *Ordinary cities: Between modernity and development*. Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa, 2014, *Epistemologies of the South: Justice against Epistemicide*. Boulder (CO), Paradigm Publishers.
- Sassen, Saskia, 2001, *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Sassen, S. 2007, "Reading the city in a global digital age: The limits of topographic representation", in Taylor, Peter; Ben Derudder; Pieter Saey and Frank Witlox (eds.), *Cities in Globalization: Practices, policies and theories*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 239-257.
- Soja, Edward e Kanai, Miguel, 2007, "The urbanization of the world". In Burdett, Ricki e Sudjic, Deyan (orgs.), *The endless city*. Londres, Phaidon, 54-69.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs (Population Division), 2013, *World Urbanization Prospects: The 2011 Revision*. Nova Iorque, United Nations.
- Wallerstein, Immanuel, 2001, *Unthinking Social Science: The limits of the nineteenth-century paradigms*. Filadélfia, Temple University Press.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



• U



C •

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR
UNIVERSIDADE DE COIMBRA